

Prólogo

FERNANDO GUIDINI*

Nos últimos anos, e ainda atentos aos efeitos pandêmicos da covid-19, temos observado inúmeros movimentos relacionados aos processos educacionais, seja no âmbito das políticas, seja no aspecto das práticas. Tais movimentos, uma vez vinculados aos referenciais político-ideológicos vigentes, têm impactado de maneira expressiva diferentes esferas da organização escolar, preocupando profissionais e instituições que se dedicam à discussão, à pesquisa e à ação acerca dos rumos presentes e futuros da educação em nosso continente.

Por integrar contextos globalizados, cada vez mais urbanos e nos quais a economia acaba ditando novos valores a serem assumidos como individuais, perde-se a força dos nacionalismos e, mesmo em partes, o sentido e as características dos valores locais. Aspectos da globalização ditam processos civilizatórios de amplo alcance, incluindo estruturas de Estado e Nação, em conexão com macro propostas econômicas em nível mundial. Quando o capital se torna o parâmetro das operações econômicas, o regramento estatal, a moeda nacional e a força trabalhadora são vinculadas ao modo de produção global, sustentado pelo tênue fio da produção e do consumo. Nesse contexto há desigualdades e carências, feridas sociais do nosso cotidiano. Ao mesmo tempo, emergem determinantes capazes de gerar novos modelos e padrões culturais, uma vez mediatizados pelas comunidades humanas.

• Director da Rede Jesuíta de Educação Básica. Doutor em educação pelo programa de pós-graduação em educação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Tem conhecimentos em gestão educacional, aprendizagem e formação de professores. É apaixonado por formar pessoas e acredita que somente uma educação de qualidade pode transformar vidas e realidades. fernando.guidini@jesuitasbrasil.org.br.

Nesse sentido, perguntamo-nos sobre os impactos que procedimentos do gênero provocam na educação. *É possível pensar, elaborar e colocar em prática políticas que tematizem o direito universal à qualidade educativa, modificando práticas culturais e gerando novas formas de transformação social?*

Nessa esteira de discussão, numerosos têm sido os estudos desenvolvidos por órgãos nacionais e internacionais (UNESCO, UNICEF, BID, dentre outros), provocando reflexões, procurando entender referenciais subjacentes e apontando vias para a ação. Atentando-nos sobre a leitura dessas referências, faz-se possível analisar eixos epistêmicos em duas grandes categorias de análise: a primeira, ao discutir Políticas de Estado e, a segunda, ao tematizar Políticas Educacionais.

Na América Latina, a primeira grande categoria objetiva pautar as ações de governo com vistas à consecução de metas definidas e, desde meados dos anos 1980, o condicionamento das políticas de estado ao cumprimento do ajuste fiscal e do equilíbrio orçamentário entre receitas e despesas, restringindo a intervenção do estado, focalizando objetivos e impulsionando o desenvolvimento econômico, a fim de promover a inclusão social. A ênfase, portanto, está sobre a ação do governo. Mais do que discussões acerca do papel do estado e do governo, a ênfase recai sobre a sua ação. Nesse aspecto e uma vez pautadas as políticas de estado, são evidenciadas tensões entre diferentes forças, expressando a complexidade das relações sociais em uma dinâmica sócio-histórica composta por sujeitos, situações, particularidades, interesses e objetivos. É nesse dinamismo que as macropolíticas de estado podem ser analisadas e compreendidas e, uma vez relacionadas à educação ou a outros setores da sociedade, questionadas e/ou referendadas em seus princípios orientadores, bem como, sobre os seus impactos nas práticas.

Decorre do ordenamento inicial a segunda grande categoria, qual seja, a de políticas educacionais. Martins (2010) aponta que a história dos estudos em política educacional está relacionada à teoria das escolhas racionais com vistas a melhorar serviços públicos estatais, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, momento em que as teorias do capital humano e os princípios das democracias liberais definiram os caminhos a serem desenhados pelas investigações. A partir dos anos 1990, a problemática

da educação ocupou o centro das preocupações, tendo como pressuposto a igualdade entre os povos e a promoção da equidade social. Dessa análise, decorrem três grandes eixos de estudo: fatores relacionados à educação e à escola; fatores associados à sala de aula; fatores associados às dinâmicas de trabalho e ao pessoal docente. Políticas educacionais a partir de então implantadas tendem a tematizar tais fatores, vinculando-se ao ordenamento proposto por organismos internacionais (PISA, por exemplo), assumindo indicadores muitas vezes não condizentes à realidade cultural local.

No âmbito conceitual da qualidade educativa e seu vínculo com o ordenamento político, seja sob o aspecto das políticas de estado, seja por meio das políticas educacionais, atentos ao contexto e ordenamentos ora vigentes, é visível a convergência — e as tensões — entre as duas categorias supracitadas. Contudo, cada vez mais pesquisas apontam para a criticidade e para o desvelamento das epistemologias vigentes, para o olhar atento sobre as práticas contextualizadas na cultura e para o chão da experiência educativa. Ao mesmo tempo, ênfases ainda se situam no plano do discurso e com deficiência de indicadores que impactem realidades de Estado e de educação. Precisa-se, portanto, avançar para além do aspecto da fala ou de estudos rasos que não incidem sobremaneira na realidade educacional, e atingir uma dimensão mais compreensiva acerca dessa mesma significação — tanto das práticas, quando das políticas vigentes em qualidade educativa.

É nesse contexto teórico que se situa o presente estudo comparativo. Ao mesmo tempo em que são problematizados aspectos estruturantes vinculados à epistemologia da qualidade educativa compreendida em seu direito universal, adentrando em realidades específicas e tematizando o binômico Estado-educação, a obra *Direito universal a uma educação de qualidade na América Latina. Casos: Brasil, Colômbia, México e Venezuela*, de autoria de integrantes do DUEC, provoca-nos à reflexão situada no arcabouço educacional compreendido como direito universal a uma educação de qualidade sobre três grandes aspectos: conhecimentos e capacidades; formação humana; liberdade pessoal, pensamento crítico e criatividade. Concomitantemente, aponta para referenciais — legislação e democracia, currículo e aprendizagem, condições objetivas de trabalho e qualidade, direito e discriminações — que, a partir

de uma interpretação séria e situada e sob o ponto de vista dos sujeitos que fazem a história educacional, caracterizam-se como imprescindíveis à leitura compreensiva do direito universal a uma educação de qualidade.

O texto, portanto, lê aspectos do contexto latino-americano, dimensões das políticas de estado e de educação e da ciência educacional postas em prática em quatro grandes realidades: Brasil, Colômbia, México e Venezuela. Pela concepção e prática de métodos adotados, os autores optam por movimentos mais compreensivos da realidade, e via categorias de análise, perpassam pelos momentos constitutivos do estudo, apresentando sistematizações que vão além da descrição ou mera explicação. Ao mesmo tempo, o estudo aponta para indicadores quanti-qualitativos, sempre em diálogo contextualizado e pressupondo a pesquisa científica. No horizonte do texto há dois grandes fios condutores que nos ajudam a melhor situar o objeto de estudo: o recorte temporal pandêmico (2020–2022) e a atuação da sociedade civil organizada. Tais condutores incidem sobre referenciais de análise nos aspectos das opções políticas e sobre as deficiências abissais ainda presentes em nossos percursos educativos em nível de América-Latina, atentos às nações objeto de estudo. Questionam-nos sobre as tomadas de decisões e a necessária mudança de realidade.

Porém, a pesquisa realizada pelo conjunto de autores tenderia à incompletude se não tematizasse o elemento jesuítico. É a partir desse contexto que as reflexões ganham forma e matéria, vinculando-se aos grandes ordenadores pedagógicos da Companhia de Jesus. As sensibilidades tematizadas pela equipe de autores — e que conversam com o todo do texto, remetem ao ordenamento educacional inaciano presente desde as ênfases da Congregação Geral XXXI, à refundação educacional proposta pelo P. Arrupe, às categorias presentes na obra *Características da educação da Companhia de Jesus*, ao enfoque metodológico do Paradigma Pedagógico Inaciano, aos identificadores do documento Colégios Jesuítas — uma tradição viva no século XXI. Além disso, pressupõem o conhecimento e a leitura atenta sobre a obra *A Companhia de Jesus e o direito universal a uma educação de qualidade* e o diálogo com as quatro *Preferencias Apostólicas Universais da Companhia de Jesus*, enfocando principalmente a segunda e terceira preferências: caminhar junto aos pobres, aos descartados do mundo, aos violados em sua dignidade, numa missão de reconciliação

e justiça; acompanhar os jovens na criação de um futuro esperançoso. Dialogam com os convites que nos foram feitos pelo Papa Francisco no Pacto Educativo Global, principalmente na dimensão da acolhida e à renovação de estruturas. Por fim, o estudo nos provoca e convoca à ação situada e em rede — AUJAL, FIFyA, FLACSI, de forma que o direito universal a uma educação de qualidade seja pauta em nossos projetos, com incidência formal e política. Há um belo e possível caminhar nesse sentido, em rede, discernindo juntos e colaborando na construção de uma sociedade na qual a educação do outro realmente importe a todos nós.

Por tudo isso, considero a obra de leitura obrigatória para aqueles que se preocupam e defendem procedimentos educativos/formativos de qualidade e de direito inclusivo; ao mesmo tempo, que se atentam às sólidas análises de contexto, com os modos constitutivos das políticas, programas e projetos vinculados à educação — e a uma educação de qualidade; ainda, a todos os que estão atentos e abertos às necessárias releituras de caráter epistêmico e que pressupõem a atuação comunitária, fazendo dos nossos espaços educativos laboratórios pedagógicos que impactem em culturas de profundidade e capazes de transformar, como nos convocou o P. Arturo Sosa no Jesedu-2017. O Professor Diego Agudelo Grajales, da Pontificia Univeridad Javeriana, assim nos sensibiliza:

A qualidade educativa é um processo que começa desde o primeiro momento em que meninas e meninos abrem seus olhinhos, quando possam cuidar da sua higiene, atender às suas necessidades básicas em um ambiente adequado e receber a primeira refeição do dia, até o momento em que dormem à noite sem os ruídos de tiros nas ruas ou o medo aterrorizante de serem expulsos de suas casas. Esta é a realidade de muitas famílias colombianas, e, mais do que números em avanços, precisamos construir uma nação, construir uma sociedade onde a educação do outro seja importante para todos nós.

Sensíveis ao tema, que pela leitura pedagógica desse livro, o Corpo Apostólico da Companhia de Jesus na CPAL se sinta motivado a ir além dos discursos vigentes e seja tocado pela realidade que nos cerca. Que o conhecimento proposto pelos autores atinja a causalidade da nossa existência,

desafiando-nos à materialidade e a escolhas proféticas corajosas. Que cada educador iniciano se sinta convidado à transformação, dando testemunho próprio. Que a nossa capacidade propositiva pessoal e institucional seja motor para uma educação de qualidade como direito verdadeiramente universal. Juntos, coloquemo-nos a caminho!

REFERÊNCIAS

- FLACSI (1986). *Características de la educación de la Compañía de Jesús*. <https://www.flacsi.net/wp-content/uploads/2011/11/Caracteristicas-de-la-Educacion-de-la-S.J.-1986.pdf>
- ICAJE (2020). *Colegios jesuitas: una tradición viva en el siglo XXI*. https://www.jesuits.global/sj_files/2021/06/Una_tradici%C3%B3n_viva_ES.pdf
- Klein, L. (Ed.) (2019). *La Compañía de Jesús y el derecho universal a una educación de calidad*. CPAL. <https://portaldocentes.iberro.mx/docs/lacompaniajesusderechouniversaleducacioncalidad.pdf>
- Martins, C.B. (2010). *As peculiaridades das políticas públicas vinculadas à educação superior nos países do MERCOSUL: perspectivas para a integração regional*. <https://tede2.pucgoias.edu.br/handle/tede/3445>
- Sosa, A. (2019). *Preferencias Apostólicas Universales de la Compañía de Jesús 2019–2029*. https://www.jesuits.global/sj_files/2020/05/2019-06_19feb19_esp.pdf